

# MARCHA PARA OESTE E O ANTIGO SUL DE MATO GROSSO: A EXPLORAÇÃO DA MADEIRA NA COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL DE DOURADOS - CAND (1950-1970)

ANA PAULA MENEZES<sup>1</sup>(UFGD/PPGH, e mail: annapaulahist@gmail.com)

## 1- Introdução

Concomitante ao surgimento de outras colônias agrícolas nacionais criadas durante o Estado Novo Brasileiro, surge a Colônia Agrícola Nacional de Dourados, criada pelo decreto-lei nº 5.941 de 28 de outubro de 1943, no município de Dourados, sul do antigo estado de Mato Grosso (região que, na época, constituía o Território Federal de Ponta Porã) (OLIVEIRA, 1999; PONCIANO, 2006; QUEIROZ, 2008). A área total delimitada pelo governo federal à CAND era de 300.000 ha, mas acabou sendo reduzida para 267.000ha, divididas em duas zonas, uma à esquerda do rio Dourados com 68.000 ha e a segunda com 199.000 ha à direita do rio. (PONCIANO, 2006; NAGLIS, 2008). Com a implantação desta colônia, a região sofreu profundas transformações em seu quadro demográfico, econômico, social, ambiental e cultural.

Neste momento, a conjuntura nacional sócio-econômica brasileira, caracterizava-se pelo avanço da industrialização que se concentrava no Sudeste brasileiro, mais precisamente nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Sendo assim este contexto, de crescimento acelerado dos grandes centros, contrastava com o “vazio demográfico” e o relativo isolamento econômico de outras regiões do país, como era o caso do SMT<sup>2</sup> – região fronteiriça que causava grandes preocupações ao governo federal.

Nesse sentido o SMT reunia alguns aspectos que se somaram para agravar as preocupações do governo federal. Além de ser região fronteiriça e possuir um povoamento rarefeito, havia nesta região empreendimentos que se ligavam ao mercado platino, como era o caso da economia ervateira, controlada em grande parte pela Cia Mate Laranjeira - empresa que desde meados da década de 1880 detinha a preponderância da exploração dos ervais nativos (cf., JESUS, 2004). Esta economia por sua vez, era responsável pela grande presença

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH/UFGD). Bolsista CAPES.

<sup>2</sup>Em 1977 o estado de Mato Grosso foi dividido, sendo que sua porção meridional passou a denominar-se *Mato Grosso do Sul*. Para simplificar a redação e evitar o anacronismo, neste trabalho, o território que daria origem a esse novo estado é designado como “sul do antigo Mato Grosso”, “antigo sul de Mato Grosso” ou simplesmente “SMT”. Esta sigla foi sugerida pelo pesquisador Paulo Roberto Cimo Queiroz.

de estrangeiros, sobretudo paraguaios “de tal modo que, nessa região, era intensa a influência cultural paraguaia, inclusive com uma larga disseminação do idioma guarani” (QUEIROZ, 2008, p. 58). Dessa forma, diante das instabilidades políticas deste momento, juntou-se às preocupações de ordem econômica, outras extremamente políticas, como era o caso da defesa do território nacional. Projeta-se assim, a nacionalização das fronteiras, almejada como uma necessidade para a segurança das mesmas.

Neste contexto ocorreu a conjugação de fatores políticos e econômicos, pois o território nacional foi marcado pelo fenômeno econômico das “frentes pioneiras<sup>3</sup>” - este diretamente relacionado ao rápido desenvolvimento industrial que então se verificava na região sudeste do Brasil, especialmente na cidade de São Paulo (cf. QUEIROZ, 2008). O que na prática, segundo Paul Singer implicava em: “abrir as regiões semi-isoladas, que viviam em economia de subsistência, e integrá-las na divisão inter-regional do trabalho, o que significava, ao mesmo tempo, ampliar o mercado para o capital industrial e, portanto a base para sua acumulação”. (SINGER, 1984 p. 218).

Dessa forma a política de colonização estadonovista lançando a Marcha para Oeste teve grandes repercussões no SMT por meio da criação e implantação da CAND. A implantação desta colônia por sua vez se deu pela ação dos migrantes, que chegaram aos milhares na década de 1950. Sendo uma colônia agrícola, a agricultura, obviamente foi a principal atividade econômica desenvolvida nesta, porém não foi a única. Paralela à preparação da terra para o cultivo, a exploração da madeira foi outra prática constante surgida como consequência desse processo, sendo a madeira, em toda a extensão da colônia alvo de disputas e de irregularidades.

Neste sentido, este artigo, que faz parte de uma pesquisa em andamento, buscará fazer algumas considerações acerca desta atividade desenvolvida na CAND. Buscaremos abordá-la como uma alternativa, com a qual os colonos puderam se manter e ampliar a sua renda que muitas vezes a agricultura por si só não garantia. Assim, buscamos compreender as articulações econômicas desenvolvidas entre os colonos, a destinação dada à madeira tirada dos lotes, bem como os agentes envolvidos no comércio.

Este enfoque se pauta, sobretudo em fontes documentais, abrangendo documentos administrativos, registros memorialistas, depoimentos de ex-colonos, bem como o apoio em obras pertinentes ao tema.

---

<sup>3</sup> De acordo com Martins, a frente pioneira se apresenta como fronteira econômica, exprimindo um movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado.

## 2- Os colonos da CAND e suas atividades econômicas

Nas palavras do autor memorialista Lima, os migrantes que se deslocaram à CAND “sonhavam com uma terra dadivosa, uma espécie de Canaã, onde correria leite e mel”. Assinalava ainda o mesmo autor que “naquele tempo circulava por todo o país a notícia de que aqui se receberia terras gratuitas, com casas já feitas, assistência médica, educacional, técnica e até financeira” (cf. LIMA, 1982 p. 11).

Estes migrantes, dos quais fala Lima, foram os responsáveis pelo efetivo desenvolvimento da CAND, uma vez que, implantada oficialmente em 1944, na prática esta só ocorre em fins da mesma década, quando se intensificam as migrações. Estas, por sua vez alcançam seu auge na década de 1950, momento em que a colônia enfrentou dificuldades para receber os migrantes devido ao grande número que iam chegando. Os futuros colonos, eram provenientes de vários estados brasileiros, porém sabe-se que a maioria vinha dos estados do Nordeste. Embora a CAND estivesse inserida em um projeto nacionalista, havia vários imigrantes que se tornaram colonos, é o caso, por exemplo, dos japoneses – citados com frequência por terem tido uma presença significativa nas terras da CAND. Além destes, as fontes mostram, em menor número, colonos de nacionalidades diversas. É comum na historiografia aparecerem com destaque os migrantes, obviamente por terem sido a maioria dos colonizadores da CAND, entretanto, as fontes mostram vários colonos mato-grossenses e alguns indígenas.

Por meio da fala memorialista, anteriormente citada, percebemos que a propaganda oficial e também a não oficial tiveram papel importante na divulgação das terras da CAND e conseqüentemente na adesão de muitos migrantes. “Além da repercussão nacional, por meio da propaganda estadonovista, “a imprensa local também divulgou positivamente a CAND, elaborando representações com uma retórica que procurava construir um imaginário sobre a Colônia enquanto um novo ‘eldorado’” (cf.: CHAVES, 2008), o que acabava reforçando aos migrantes, quando nestas terras aportavam, a imagem divulgada pela propaganda oficial.

Vale lembrar que, embora as propagandas oficiais de cunho patriótico tenham contribuído para as migrações, as necessidades de trabalho e as possibilidades de uma nova vida somaram fatores cruciais na adesão destes migrantes, mais do que o apelo nacionalista para a formação de uma nova nação. O depoimento da ex- colona Dulce denota esta idéia:

Viemto atrás de melhora, viemto do norte para São Paulo, de São Paulo viemto para cá, aqui meu pai adquiriu um lote no Barrerinho, aquele tempo, tudo era mata

virgem aqui, para lá tinha uma quarta de terra derrubada [...] Lá meu pai trabalhava com lavoura, ele plantava arroz, feijão, plantava um bananal e vendia uma carrada de banana, tinha cana, tinha porco, tinha galinha, muito porco, tinha fartura que só vendo (Depoimento coletado por Nilton Ponciano, em 1999).

Percebemos que na fala acima são frisados essa busca de oportunidades – a “melhora” - bem como a “fartura”, típica do indivíduo simples do campo. Dessa forma, considera-se que estes colonos, embora inseridos em uma frente pioneira, tinham em mente um pensamento típico dos membros de uma frente de expansão<sup>4</sup>.

Após se enquadrarem nos critérios exigidos pela legislação vigente, estes migrantes tornaram-se colonos recebendo gratuitamente um lote de terras de mais ou menos 30 ha, para que, de acordo com o projeto estatal desenvolvessem uma agricultura que também fosse destinada ao mercado interno. Neste contexto, as famílias que formavam os colonos da CAND possuíam um perfil que correspondia às exigências para a reprodução da pequena propriedade na fronteira. Caracterizavam-se por famílias extensas, geralmente com vários filhos, o que garantia a força de trabalho necessária à pequena lavoura, ou lavoura de subsistência e conseqüentemente dispensava a contratação de mão de obra – inviável ao colono.

Com a CAND, precedendo a uma agricultura de baixo nível, mas que não deixa de ser predatória, o processo de exploração destas terras inicia-se com a ocupação e colonização. Acontece então, a derrubada das matas, a limpeza do terreno, num processo rudimentar como afirmam Pèbayle e Koechlin:

os ‘sem terra’ vindos do Nordeste foram os mais numerosos a procurar refúgio nesta região isolada do Sul de Mato Grosso. O isolamento inicial, a instabilidade e as técnicas agrícolas primitivas dos nordestinos jamais favoreceram a implantação desses novos colonos. O fôsforo e o machado abriram as ‘roças’ fornecedoras de víveres e os primeiros cafezais (1981, p.11).

Esse processo de ocupação e limpeza do terreno para a agricultura é acompanhado pela intensa exploração da madeira, prática também comum nesse processo como afirma Foweraker: “em todas as fronteiras, literalmente centenas de serrarias ‘clandestinas’ eliminam

---

<sup>4</sup> Para Martins, a frente de expansão, caracteriza-se pelo uso privado das terras devolutas, em que estas não assumem a equivalência de mercadoria. O excedente é, assim, o artigo que adquire valor de troca porque há condições econômicas para sua comercialização e não porque tenha entrado nas relações de troca como resultado da divisão do trabalho. Na frente de expansão, as condições de vida são reguladas pelo grau de fartura e não pelo grau de riqueza (cf.: 1975, p. 46)

durante o processo de ocupação, as árvores que vão sendo cortadas, sob a proteção da escuridão da noite” (1982, p. 47).

Sabe-se desta forma que nem todos os colonos se dedicaram somente à agricultura, mas desenvolveram outras atividades que pudessem garantir uma renda, ao menos de imediato. Além da exploração da madeira – constante desde o início da colonização e que perpassou toda a história da CAND – o colonos também se dedicaram a outras atividades, como o pequeno comércio de artigos industrializados, muito bem representados pelos inúmeros “bolichos” que surgiram em toda a extensão da colônia. Estes bolichos foram mais freqüentes no interior da colônia, onde se vendiam diversos produtos. Azevedo, autor memorialista da região, elenca alguns dos produtos comercializados neste pequeno negócio:

Eram instalados em casas de barro, cobertos de tabuinhas ou de sapé, e nestes bolichos vendiam-se além da cachaça Cangebrina, também açúcar; café; rapaduras; farinha de mandioca; carne-seca; macarrão; botinas ringideiras; e uma infinidade de coisas como agulhas, retrós, botões. Ali também se dava um jeito para o ‘fiado’, havendo sempre um velho caderno de folhas enroladas, para as anotações (1994, p. 32).

Nestes pequenos estabelecimentos comerciais típicos de vilas e povoados, era comercializada uma infinidade de produtos de primeira necessidade. Na época, tiveram muito sucesso, pois num contexto de colonização e povoamento, torna-se farta a produção de gêneros agrícolas dos quais os colonos podem retirar sua subsistência, na mesma medida em que se tornam escassos os artigos industrializados simples dos quais a população necessitava. Dessa forma os bolichos se multiplicaram rapidamente, principalmente, pelo interior da colônia, onde os moradores tinham menos acesso à cidade em Dourados – sede do Núcleo colonial .

Outra atividade a que de imediato os colonos se dedicaram foi a extração e elaboração da erva-mate nativa, uma vez que, como já dito anteriormente, a colônia foi instalada em região ervateira. Sendo assim a elaboração da erva-mate se configurou numa fonte de renda significativa para os colonos. Sobre o assunto, atesta Azevedo:

No entretanto, foram as terras que deram dinheiro nos tempos de sertão. È que ali, havia abundância de Erva-Mate Nativa, a qual para a nascente vila, teve grande importância econômica. Haviam dois compradores de Erva-Mate; O Olimpo Delilo [...]e também o meu compadre Messias de Almeida. Eles adquiriam e exportavam para Dourados, toda a erva mate aqui produzida, e isto fazia correr algum dinheiro no comércio local (AZEVEDO, 1994 p.15).

Embora o trecho acima se refira apenas a uma localidade específica, a existência do produto era freqüente por toda a extensão da colônia.

### **O caso da madeira nas terras da CAND**

A exploração da madeira na CAND foi uma atividade resultante da abundância do produto nestas terras, fator que se dá em decorrência das matas fechadas existentes na região, as quais rapidamente deram lugar a um cenário devastado – produto da colonização. Esta devastação se estendeu também à reserva legal da CAND, a qual de acordo com a legislação vigente previa a preservação de 25% da vegetação da área total do lote (SANTOS, 2000 p. 43; PONCIANO, 2006 p. 85). Na CAND esta exigência não foi cumprida e este processo se deve à própria mentalidade do colono aliada à idéia de sertão inóspito e vazio divulgada pelos órgãos oficiais durante o Estado Novo e que ficaram incutidas na memória ainda depois deste governo, contribuindo para agravar esta situação. Sendo assim, para o colono, desmatar era sinônimo de progresso, dessa forma nesse processo era considerado valoroso aquele que fazia jus ao seu trabalho desmatando mais rapidamente o seu lote. Sobre o assunto fala Santos:

os colonos adquiriam seus lotes e iam desmatando aos poucos, até desmatar tudo, e há fortes indícios de omissão da administração. Alguns colonos afirmaram nunca ter recebido a visita do administrador (...). Havia ainda a falta de conscientização e orientação ambiental, pois a mentalidade dominante era a de quanto mais se desmatasse, mais terra haveria para se plantar (SANTOS, 2000 p. 47)

Sobre a devastação ambiental causada pelos colonos nas terras da CAND, torna-se necessário algumas ponderações, a fim de se evitar anacronismos. Assim como estes migrantes vieram para a colônia, mais impulsionados pelas suas necessidades de trabalho, do que atraídos pela idéia estadonovista de formar uma nova nação, também a devastação causada por estes não deve ser omitida, pois trouxe conseqüências para a região, contudo, estamos de acordo com Casali, quando este diz: “acreditamos que esse desmatamento estivesse inserido, de modo muito forte, nas necessidades dos colonos, tanto no que diz respeito à limpeza das áreas para plantio, como na importância do dinheiro recebido pela venda da madeira” (cf.: p. 31).

Assim a abundância da madeira nativa possibilitou que se consolidasse a exploração tornando possível o desenvolvimento de uma rede de comércio entre os colonos e outros agentes da região, envolvendo colonos e não colonos. Para os colonos esta atividade

significou uma alternativa de ampliarem sua renda, pois diante das dificuldades da prática agrícola tiveram que buscar outras formas de sobrevivência.

A CAND possuía uma serraria oficial que se prontificava a atender as necessidades dos colonos na construção de casas e também no fornecimento de móveis. Os testemunhos relatados pelos memorialistas e ex-colonos, mostram que a realidade era bem diferente daquela divulgada pela propaganda oficial e popular. Muitos ao chegar receberam da administração, ao invés de casas construídas, apenas portas e janelas. Esta dificuldade de atendimento aos colonos, se deu a partir da colonização da segunda zona e se deve ao grande número de migrantes que chegavam.

Diante da abundância da madeira e das possibilidades de venda deste produto surgiram pelo interior da CAND inúmeras serrarias clandestinas que beneficiavam madeiras que eram comercializadas no local. Estas serrarias eram rudes, montadas pelos próprios colonos com instrumentos simples, como nos fala o depoimento do ex-colono Belmiro: “aí foi vendo essa serrariazinha pica-pau, que hoje tem pouca, e outras, era aquela que cava um buraco no chão e um ficava embaixo e outro em cima puxando a serra, assim tira angelim, cedro e a peroba” (depoimento coletado por Nilton Ponciano em 1999). Com a montagem destas, os colonos puderam aperfeiçoar o negócio com a madeira, pois assim, podiam além de vender as toras de árvores às madeireiras da região, podiam beneficiá-las negociando-as com outros colonos e pessoas fora da colônia.

O mercado para esta madeira, por sua vez, era amplo, ultrapassando os limites da CAND, englobando a região e o estado de São Paulo, mais precisamente a região de Presidente Prudente. Contudo, devido a diversos fatores, os caminhos e descaminhos deste comércio se limitaram ao nível local e regional, uma vez que havia na região, firmas de madeiras que compravam o produto dos colonos. Assim, percebemos que ao contrário dos produtos agrícolas, que não tinham comércio local e cujas dificuldades de escoamento dificultaram sua exportação, no caso da madeira os colonos possuíam grande estímulo, visto que possuíam um significativo mercado local para suas madeiras.

Esta rede de comércio envolvia também os colonos entre si, uma vez que as fontes mostram depoimentos de colonos que possuíam serrarias manuais e que compravam a madeira em estado bruto de seus vizinhos para beneficiá-las em seus lotes, negociando-as depois com outros colonos. A serraria oficial da CAND também era compradora da madeira dos colonos. De acordo com a fala da ex-colona Maria Braga, citada por Naglis, “a colônia enrolava mais a gente, as vezes levava, pagava aos poucos, seu avô era muito enfezado não

gostava de ficar cobrando porque as vezes brigava” (cf. NAGLIS, 2008, p. 89). De imediato os colonos vendiam as madeiras decorrentes das derrubadas, mas logo passaram a receber incentivos financeiros para investirem em mais derrubadas, isso ocorreu, sobretudo, durante a colonização da primeira zona.

A exploração da madeira foi intensa em toda a extensão da colônia, sendo mais freqüente em seu interior, ou seja, na segunda zona, visto que nesta localidade o processo de implantação foi mais demorado devido à sua colonização tardia, com relação à criação da colônia. Esta segunda zona começou a ser colonizada a partir de 1954. Pelo fato desta parte da colônia ser totalmente coberta por mata fechada, a abundancia de madeira foi maior do que na primeira zona, tanto que Naglis também afirma que a madeira resultante da colonização se tornou um problema na ocupação dos lotes (cf.: 2008 p. 87). Pois as derrubadas se davam com o objetivo de transformar o solo em terras cultiváveis, após as derrubadas os colonos tinham pressa na limpeza do terreno para que pudessem prepará-lo para agricultura.

Na segunda zona, de início o excesso de madeira foi visto pelos colonos como um empecilho à limpeza dos lotes, uma vez que esta era necessária para o início do cultivo. Neste local o número de serrarias clandestinas foi maior do que na primeira zona, e, rapidamente surgiram algumas madeireiras. Sobre o caso relatam os memorialistas da região:

No inicio do ano de 1958, também ele montou a primeira serraria, [...] Na sequência, aí por volta de 1960, montaram também, uma grande serraria, o Paulo Nakamura, ali na saída da 5ª linha, e os sócios Diogo Ayala e José Moretti, que também montaram uma grande serraria, as margens do córrego 2 de Junho, na divisa do perímetro urbano com o 1ª lote. Depois disto, chegaram ainda o “Sebastião Gravata”, que montou uma bela serraria (AZEVEDO, 1994, p.14).

Nesta parte da colônia a exploração da madeira se configurou num duradouro comércio, com o surgimento posteriormente de muitas madeireiras, como fala a autora Capilé:

no setor industrial, imperava o comércio de madeira com instalações crescentes de serrarias, o que se explica pela abundância de madeira nativa então existente. Destaca-se no ano de 1960, a implantação da serraria de propriedade do Sr. Lázaro Berto Gonçalves. Logo em seguida, no mesmo ano, instalou-se a Madeireira São Paulo, que deteve a hegemonia comercial e industrial no ramo durante muitos anos (CAPILÉ, 1999, p. 41).

Embora diante da abundância de madeira decorrente da colonização das terras da CAND, fosse previsível a apropriação desta pelos colonos como uma fonte de renda, as fontes mostraram que houve fiscalizações e tentativas de proibição deste comércio, por parte da administração da colônia. No ano de 1951, portanto no auge da colonização da primeira zona, foram intimados vários colonos a comparecerem à administração para deporem sobre as



madeiras que vendiam de seus lotes e também sobre as serrarias manuais que mantinham nos mesmos.

Em seus depoimentos os colonos apresentavam várias justificativas para legitimar a venda dessas madeiras. Dentre estas, alegavam que possuíam ordem verbal do administrador anterior para que as comercializem. Sobre a existência das serrarias manuais, usavam várias estratégias, alegavam que as possuíam, mas que, entretanto, não as utilizavam para a venda de madeira, mas sim para o beneficiamento de madeira para seu próprio uso e também dos parentes e vizinhos.

Estas fontes também mostram que as relações sociais e econômicas que compunham este comércio envolviam também não-colonos, mas mostram, sobretudo, as atuações distintas nas quais se envolveram os colonos. Um caso interessante é o de André, um rapaz solteiro não colono, mas que trabalhava em uma serraria montada em um lote da colônia, ao ser intimado pela administração, declarou que:

está dirigindo os serviços de uma serraria no lote nº oitenta e nove da quadra oito pertencente a viúva Laudelina Maria de Jesus; que esta funciona há três meses, que o responsável e dono da serraria é o sr. Heitor Fernandes; que quem autorizou a instalação da referida serraria foi Faustino Pereira da Silva, companheiro de Laudelina; que serra mais ou menos tres metros cubicos de madeira (peroba) por semana; que não sabe quanto Heitor pagou a Faustino; que o declarante ganha dois cruzeiros e cinqüenta centavos por metro de taboas (sic) serradas.<sup>5</sup>

Percebemos que a exploração da madeira na CAND compreendeu relações complexas vivenciadas neste espaço dos colonos, com o desenvolvimento de inúmeras formas de negociações com outras pessoas da região.

Mais um caso que serve como exemplo, é de Modesto Gonçalves<sup>6</sup>, colono que possuía em seu lote uma serraria. Ao ser intimado, o mesmo alega que mantém uma serraria no lote do seu pai, mas que, entretanto, não comercializa madeira e muito menos as derruba para tal fim, sendo assim só aproveita para serrar, as toras das derrubadas. Estas por sua vez, são empregadas apenas no lote do seu pai, mas que, porém, esporadicamente se comprometeu a fornecer tábuas para outro colono de nome Horácio para a construção de uma casa, ao preço de 4 cruzeiros o metro linear, e que os 400 metros que possui em sua serraria pertence a esta encomenda, restando 200 ainda para serrar e completar a encomenda.

---

<sup>5</sup> Termo de declaração de André Barrios, 26/07/1951 Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul - APE/MS, Acervo – CAND caixa: 02

<sup>6</sup> Termo de declaração de Modesto Gonçalves, 30/07/1951, APE/MS, Acervo: CAND, caixa: 02

Além da intimação de colonos, neste mesmo período houve a apreensão de toras provenientes dos lotes da CAND que eram transportadas por caminhões de firmas da região. Estas firmas compravam madeira dos colonos e segundo os depoimentos de seus representantes, adiantavam pagamento para que pudessem investir em derrubadas. Por meio destes documentos percebe-se que o adiantamento de dinheiro era uma forma de garantir o fornecimento de madeira e ao mesmo tempo de comprometer o colono a entregá-la. Diante da proibição da administração quanto a estas práticas, os sócios destas firmas apresentam em seus depoimentos argumentos na tentativa de justificar a compra, mas, sobretudo, de garantir as madeiras já encomendadas.

Basílio Nocera, representante da firma Nocera & Irmão, ao ser intimado pela administração da CAND, devido à apreensão de toras, usou os mesmos argumentos dos colonos, de que estes possuíam autorização do ex-administrador para que efetuassem as vendas. Basílio declarou que “comprou madeiras do colono Benjamim Nunes, que este possuía autorização para vender 100 árvores de peroba e que a firma da qual faz parte possui vários contratos com diversos colonos para aquisição de toras de peroba”<sup>7</sup>. Os agentes envolvidos neste comércio, sobretudo, aqueles ligados às firmas da região, buscavam de todas as formas defender e garantir os seus interesses no fornecimento de madeira da colônia. Felipe de Mattos, um português sócio da Indústria Douradense de Madeiras, em seu depoimento, dá o seu parecer sobre a atitude da administração: “essa proibição de saída de madeiras da Colônia, virá afetar grandemente o município de Dourados, pois, sem essa fonte produtora de madeiras, que é a colônia, Dourados ficará praticamente sem tábuas de madeiras diversas para suas construções”<sup>8</sup>.

Estas tentativas de proibições se deram no início da colonização e talvez se desse na tentativa de coibir a proliferação das serrarias clandestinas, no entanto com a colonização da segunda zona, esta proibição foi inviável, uma vez que a retirada da madeira dos lotes era uma condição necessária ao colono agricultor. As fontes mostram que a proliferação destas serrarias clandestinas ocorreu rapidamente na segunda zona onde a fiscalização foi mais difícil devido aos rumos que tomou a colonização dificultando o controle da administração. Neste espaço a abundância de madeira era muito maior, devido à colonização em matas fechadas. As fontes também mostram que na primeira zona da CAND as derrubadas muitas vezes se davam com vistas ao comércio, percebe-se isto nas falas dos sócios quando afirmam

---

<sup>7</sup> Termo de declaração de Modesto Gonçalves, 26/07/1951, APE/MS, Acervo: CAND, caixa: 02

<sup>8</sup> Termo de declaração de Felipe de Mattos, 04/8/1951, APE/MS, acervo: CAND, caixa: 02

adiantarem pagamento aos colonos para investirem em derrubadas. Já na segunda zona, deduz-se que diante da grande quantidade de madeiras decorrentes da própria colonização possibilitou-se o comércio desta, não sendo necessário, ao menos de imediato, derrubadas exclusivamente para fins de comércio.

O comércio da madeira era uma fonte significativa para os colonos, logo no início da colonização o mercado deste produto extrapolava os limites da região, chegando até a cidade de Campo Grande. Geraldo Thronicke, colono residente no lote 212 da quadra 13, em seu depoimento sobre a venda de madeira, declarou que “fez um contrato no qual está estipulado prazo e multa, com os padres franciscanos de Campo Grande para a venda de cinquenta (sic) a sessenta metros cúbicos de madeira serrada, isto é beneficiada”<sup>9</sup>.

Algumas das espécies mais comercializadas que aparecem nas fontes, são o angelim, a peroba, a aroeira e o ipê. Com a consolidação da colonização e a lavoura já encaminhada, o comércio da madeira foi-se estendendo, e conforme se iam aperfeiçoando as condições de escoamento da colônia, também a madeira ia alcançando mercado fora da região. A partir de 1961 a segunda zona da colônia já contava com uma ligação com Presidente Prudente, por meio de uma ainda precária estrada aberta a Leste, pela qual se seguiam, além dos gêneros agrícolas, também carregamentos de madeiras da CAND para o mercado paulista (cf.: AZEVEDO, p. 1994 61).

O que se percebe é que a venda da madeira era uma alternativa rentável aos colonos, e que mesmo proibida não pôde ser coibida dentro da CAND. Na primeira zona, aparecem nas fontes ao menos duas grandes madeireiras que compravam madeiras dos colonos, trata-se da Nocera & Irmão e a Indústria Douradense de Madeira Ltda.

Percebe-se que o comércio da madeira envolveu outros agentes que não colonos e que estes se beneficiaram grandemente desta madeira. Para os colonos a exploração madeireira era uma alternativa de ampliar sua renda ao lado da agricultura, para estes outros agentes ela era uma alternativa de lucros, mediante exploração dos colonos.

### **Considerações finais**

Vindo de terras distantes para se tornarem agricultores na CAND e considerando que a lavoura exigia certo tempo até a colheita dos gêneros, muitos colonos encontraram outras formas de garantirem ou ampliarem sua renda. Nesse sentido a exploração da madeira, sendo

---

<sup>9</sup> Termo de declaração de Victor Geraldo Thronicke, 06/08/1951, APE/MS Acervo: CAND, caixa: 02

uma das primeiras atividades alternativas a estes colonos, teve uma importância significativa na subsistência destes. A apropriação da abundante madeira resultante da colonização possibilitou aos colonos madeireiros que rapidamente desenvolvessem uma rede de comércio que lhes garantissem uma renda. Nestas mesmas relações esta madeira configurou numa fonte de lucro para os madeireiros não colonos da região.

O comércio da madeira na CAND, ao contrário dos gêneros agrícolas, não encontrou grandes dificuldades, uma vez que, embora as dificuldades de escoamento prejudicassem o comércio dos produtos da colônia, no caso da madeira havia estímulos locais que possibilitaram o seu desenvolvimento.

A criação de pequenas e rústicas serrarias por parte dos próprios colonos significou um aperfeiçoamento no negócio, pois por meio delas o comércio estava garantido. Estas relações sociais e econômicas se configuram nas estratégias de sobrevivência do colono ao menos no início de sua fixação na terra, pois sabemos que o subsídio por parte da administração, ficou restrito às primeiras levas de migrantes, tendo aqueles da segunda zona, por exemplo, que se arranjar sozinhos.

A análise das fontes, especialmente os depoimentos e documentos escritos possibilitam enxergar as complexidades das relações econômicas e sociais nas quais estavam envolvidos os colonos. A exploração da madeira se deu de diversas formas. As diversas relações comerciais se deram tanto no âmbito interno, isto é, dentro da própria CAND entre os próprios colonos, como no âmbito externo, ou seja, da CAND para outras regiões, entre os colonos e comerciantes de regiões, que englobavam Campo Grande e Presidente Prudente.

Ao lado de outras atividades e estratégias de sobrevivência, a exploração madeireira possibilitou uma significativa alternativa a estes colonos, pois evitou que, diante de suas dificuldades, fossem trabalhar em outras propriedades da região, vendendo ou mesmo abandonando o lote e com ele o sonho de se tornar um produtor-proprietário.

## **Bibliografia e fontes**

AZEVEDO, José de. *Histórias que vivi*. Glória de Dourados Associação de Novos Escritores de MS, 1994

ANDRADE, Fernanda Chaves. *Imprensa e Colônia Agrícola Nacional de Dourados: a análise do discurso*. 2008. 20 f. Relatório (Iniciação científica). PIBIC, Universidade Federal da Grande Dourados.

CAPILÉ, Cláudia Coutinho. *História de Fátima do Sul*. [S.l.]: Gráf. Caiuás, 1999.

CASALI, *O transporte rodoviário nas relações comerciais da Colônia Agrícola Nacional de Dourados* (1950-1970). 2002. Monografia (iniciação científica). UFMS, Dourados

FOWERAKER, Joe. *A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982

JESUS, Laércio Cardoso de. [2004] *Erva-mate – o outro lado: a presença dos produtores independentes no antigo sul de Mato Grosso (1870-1970)*. Dissertação (Mestrado em História) – UFMS, Dourados.

LIMA, Alexandrino Ferreira de. *Glória de Dourados: datas e fatos*. [Glória de Dourados]: [s.n], [1982]

MARTINS, José de Souza. *Tradicionalismo e Capitalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.

NAGLIS, Suzana Gonçalves Batista. “*Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto*”: os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND (1943-1960). 2007. Dissertação (Mestrado em História) – UFGD, Dourados.

OLIVEIRA, Benícia Couto de [1999]. *A política de colonização em Mato Grosso (1937-1945)*. 1999. 255 f. Dissertação (mestrado em História) – FCL/UNESP, Assis.

PONCIANO, Nilton P.[2006] *Fronteira, religião, cidade: o papel da Igreja Católica no processo de organização sócio-espacial de Fátima do Sul/MS (1943-1965)*. 2006. Tese (Doutorado em História) – FCL/UNESP, Assis.

PEBAYLE, Raymond, KOECHLIN, Koechlin, Jean. *As frentes pioneiras de Mato Grosso do Sul: Abordagem geográfica e ecológica*. Trad. Antônio de Pádua Danesi, rev. Por Aziz Nacib Ab’Saber e José Laerte C. Tetila. São Paulo: Universidade de São Paulo. Instituto de Geografia, 1981. 42 p. (espaço e conjuntura, 4)

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX)*. In: LAMOSO, Lisandra Pereira (org.): *transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul*. Dourados, Ed. UFGD, 2008

SANTOS, Deusdete, Vicência Gomes. *A contribuição da Colônia Agrícola Nacional de Dourados no processo de ocupação e desenvolvimento do Mato Grosso do Sul Meridional*. 2000 Monografia (Especialização em Geografia), UFMS, Dourados.

SINGER, Paul. *Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento*. In: HISTÒRIA geral da civilização brasileira. Dirigida por Boris Fausto. v. 4, t. 3, p. 209-245. São Paulo: Difel, 1984

### **Fontes primárias**

Termo de declaração de colonos (15 documentos) encontrados no Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do sul, no acervo da CAND, caixas: 02 e 03.

Entrevistas de diversos ex-colonos coletados por Nilton Ponciano em 1999. Disponíveis no Centro de Documentação Regional da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados – CDR/FCH/UFGD – Coleção CAND.